TIMBRE DA ORGANIZAÇÃO

ANEXO VIII

¹MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INSTITUIÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS

Firmam, o presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a Instituição de Longa Permanência para pessoas idosas – ILPI –doravante

CONTRATADA (*nome da empresa; natureza jurídica – sem fins lucrativos; dizer se é certificada ou não como Entidade Beneficente de Assistência Social; nos termos da Lei 12.101/2009; endereço; CNPJ; neste ato representada por: (Nome responsável, nº documento de identidade, nº CPF, nacionalidade, estado civil e profissão) e, de outro lado, o*

CONTRATANTE (*nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, nº carteira de identidade, nº do CPF, profissão, endereço completo*), representante ²da pessoa idosa acolhido, doravante denominado **RESIDENTE** ³(*nome, nº identidade, nº do CPF*).

Este instrumento não se regerá pelas leis do inquilinato vigentes ou futuras, mas, sim, pelas Cláusulas abaixo, regidas pela legislação que lhe for aplicável, especialmente o Código Civil Brasileiro, o Estatuto da pessoa idosa e, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor, instituídos pelas Leis 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e, nº 10.741, de 1ª de outubro de 2003, e Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, respectivamente, às quais as partes integrantes se obrigam a respeitar, por si e por seus sucessores.

Assim, as partes acima qualificadas, de comum acordo, firmam o presente contrato nos termos que seguem:

I – DO OBJETO

Cláusula Primeira – É objeto do presente contrato a prestação do serviço de cuidados especiais na modalidade residencial na ILPI(*nome*) destinada a pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, de ambos os sexos (*ou especificar se de apenas um sexo*) independentes (*especificar se aceita com grau de dependência I, II e/ou III, conforme RDC 283/2005 da ANVISA*), oferecendo atendimento de:.....⁴

II – DOS DEVERES DA CONTRATADA

1 - Este é apenas um MODELO. A ILPI poderá adotar qualquer outro, desde que respeite todos os direitos das pessoas idosas previstos em lei e que não contemple Cláusulas abusivas de qualquer natureza.

2 - Informar o grau de parentesco, quando for o caso, ou a instituição pública em casos de convênio para acolhimento de pessoas idosas sem referência familiar ou em risco de vulnerabilidade.

3 - Ainda que a pessoa idosa acolhido esteja em suas plenas faculdades mentais, é imprescindível, sempre, a existência, para fins contratuais, de pessoa da família, ou de um advogado ou de um administrador que responda pelo contrato no caso de a pessoa idosa vir a adoecer ou falecer.

Cláusula Segunda – São deveres da CONTRATADA

I – Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades do **RESIDENTE**, bem como provê-lo com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da lei, conforme estabelecido no §3º do art.37 e inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da pessoa idosa.

II – Oferecer atendimento de moradia digna ao **RESIDENTE** adotando os princípios estabelecidos no art.49 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da pessoa idosa.

III – Primar pelo pleno cumprimento de obrigações, segundo o que estabelece o art.50 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da pessoa idosa, observando os direitos e as garantias expressos em lei de que são titulares os da pessoa idosas, em especial ⁵

a) fornecer vestuário adequado (*isso quando o **RESIDENTE** necessitar*);

b) fornecer alimentação suficiente (seis refeições ao dia), conforme cardápio preparado por nutricionista;

c) fornecer alimentação de acordo com a dieta especial do **RESIDENTE**, que deverá ser revista sempre que sua condição de saúde for alterada;

d) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares, oportunizando visitas e demandando a presença de familiares quando estes não o fizerem por conta própria;

e) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, caso haja situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;

f) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;

g) proporcionar cuidados de enfermagem continuada e supervisão na administração de medicamentos, conforme a necessidade do **RESIDENTE**;

h) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer, incentivando a participação do **RESIDENTE**;

i) propiciar assistência religiosa ao **RESIDENTE** de acordo com sua crença;

4 - Citar, detalhadamente, os serviços contratados como, por exemplo: acolhimento em quarto individual ou coletivo, descrição da unidade a ser utilizada, acolhimento afetivo, saúde, assistência social, psicológico, nutricional, fisioterápico, espiritual, ocupacional, e outros

5 - (Atenção: este é um **modelo**. As cláusulas devem ser adequadas ao caso em particular, levando-se em conta as condições da pessoa RESIDENTE e também da ILPI. **Contrato é acordo de vontades**. Só pode entrar no contrato cláusulas diretas que demonstrem os assuntos acordados entre as partes. Não dá para transcrever de forma generalizada os incisos e parágrafos da lei. No contrato, usar apenas as cláusulas que dizem respeito ao caso concreto.)

j) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receber do **RESIDENTE/CONTRATANTE**;

k) manter arquivo de anotações com o nome do **RESIDENTE**, e do **CONTRATANTE** onde constem nomes de outros parentes, endereços completos para contato, inclusive telefones e e-mails, data e circunstâncias de eventos especiais com o **RESIDENTE**, sua evolução e relacionamento na ILPI, relação de seus pertences, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

l) manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica para o bom atendimento do **RESIDENTE**;

m) garantir ao **RESIDENTE** convivência comunitária;

n) oferecer atendimento psicossocial ao **RESIDENTE** e à sua família, se for o caso;

o) promover articulação com a rede de serviços existentes (CREAS, CRAS, etc.) para atendimento à família do **RESIDENTE** bem como para garantir seu acesso a serviços especializados (*quando for o caso*);

p) oferecer atendimento médico conforme contratado⁶ e devidamente descrito nos parágrafos abaixo:

§1º [...]

§2º [...]

§3º – Qualquer informação de foro clínico relacionada com o **RESIDENTE** será prestada ao **CONTRATANTE** por pessoa capacitada e designada para tal fim pela administração da ILPI ou pelo próprio médico que o atender; caso seja o médico da **CONTRATADA**, a entrevista ocorrerá em dia de consulta e com hora previamente agendada.

§4º – Em caso de falta de medicamentos, e impossibilitada sua obtenção junto ao SUS ou junto à família do **RESIDENTE**, a **CONTRATADA** fica responsável pela compra dos mesmos, sendo o custo devido integrado na mensalidade seguinte.

§5º – A **CONTRATADA** não será responsabilizada por eventuais acidentes do **RESIDENTE**, exceto na hipótese de comprovada negligência, imprudência ou imperícia.

§6º – Em caso de agravamento do grau de dependência do **RESIDENTE** e não podendo o **CONTRATANTE** ou outros familiares auxiliar no custeio de profissionais extraordinários, a ILPI buscará junto ao SUS o apoio necessário e, quando for o caso, poderá remover o **RESIDENTE** para outras alas da Instituição, para facilitar a otimização de cuidadores.

III – DA ADMISSÃO

6 Todos os detalhes do atendimento médico dependerão das especificidades/critérios da ILPI e do que for contratado pelo **CONTRATANTE**. Então, é preciso que fique tudo muito bem explicado e que seja registrada, no contrato, uma ou mais Cláusulas que se apliquem ao caso concreto: se tem um plano de saúde, inclusive para emergências, se prefere ser tratado pelo SUS ou, no caso de a ILPI ter atendimento médico ambulatorial próprio, se está contratando também estes serviços, como se fará a remoção do **RESIDENTE** em casos de urgência/emergência, etc.

Cláusula Terceira– A **CONTRATADA** declara que, no ato da admissão, recebeu as documentações de identificação do **RESIDENTE** (especificar: *Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, cartão do SUS/plano de saúde*), assim como cópia da carteira de identidade, CPF, endereços postais, eletrônicos e contatos telefônicos do seu responsável pela institucionalização (**CONTRATANTE**) (*Especificar*).

§1º – A admissão foi precedida de visita domiciliar pela equipe técnica da ILPI (ou não – especificar).

§2º – A partir da data de admissão, fica o **RESIDENTE** sob avaliação por um período de adaptação de noventa dias (90 dias)^{7, 8}

§3º – Não sendo aprovada sua permanência pela equipe técnica da **CONTRATADA**, o **RESIDENTE** será desligado.

§4º – No ato de admissão, o representante legal da família (**CONTRATANTE**) assinou declaração (*formulário fornecido pela CONTRATADA com anexação de documentos médicos quando for o caso*) sobre o estado de saúde do **RESIDENTE** e, inclusive, se já esteve internado em alguma outra instituição, esclarecendo onde, por quanto tempo, por quantas vezes e sob que diagnóstico, a qual passa a integrar o prontuário do **RESIDENTE**.

Cláusula Quarta– A **CONTRATADA** garantirá condições de segurança e confiabilidade para que o **RESIDENTE** mantenha seus pertences pessoais e será responsável pela reparação civil (art. 932 Inciso IV do Código Civil Brasileiro) em caso de dano.

§1º – Os pertences particulares trazidos pelo **RESIDENTE** foram declarados no ato de sua admissão, passando a respectiva declaração a integrar o presente contrato.

§ 2º – No caso de óbito, os bens ficam à disposição do **CONTRATANTE** por até 30 dias. Passado este período, eles serão considerados doação à **CONTRATADA**.

IV – DAS NORMAS E REGIMENTO INTERNO

Cláusula Quinta– O **RESIDENTE** declara, por si e por intermédio de seu responsável pela institucionalização (**CONTRATANTE**), conhecer e estar de acordo com as Normas e Regimento Interno da **CONTRATADA**, as quais passam a fazer parte integrante do presente contrato, obrigando-se a respeitá-las integralmente.

Parágrafo Único- Cópia do Regimento Interno foi fornecida ao **CONTRATANTE** e ao **RESIDENTE**, e estará à disposição dos órgãos de fiscalização.

7 – Após aprovação do período de adaptação e quando se tratar de **RESIDENTE** sem referência familiar, deverá ser providenciada a procuração ou curatela do residente tendo como representante legal o Responsável pela ILPI.

8 – Os casos de acolhimento efetuados por meio de convênio com órgão públicos, os **RESIDENTES** sem referência familiar ou em risco de vulnerabilidade social não serão submetidos ao período de adaptação e a procuração ou curatela serão providenciadas logo após a admissão.

V –DAS RESPONSABILIDADES DOS FAMILIARES

Cláusula Sexta – Os familiares e o responsável pela institucionalização (**CONTRATANTE**, mesmo que seja Serviço Social do Município, entidade assistencial, etc.) têm obrigação de visitar o **RESIDENTE**, fazer contatos por cartas, telefone, internet, podendo, quando as condições geográficas e de saúde do **RESIDENTE** o permitirem, levá-lo para passeios de fins de semana, festas de família, viagens de férias, etc.

Cláusula Sétima – Nas internações hospitalares, os responsáveis pelo **RESIDENTE** (o **CONTRATANTE** e/ou outra pessoa por ele indicada) deverão acompanhá-lo durante todo o período que se fizer necessário.

§1º – Em caso de óbito do **RESIDENTE**⁹, fica o setor de Serviço Social da **CONTRATADA** responsável por fornecer as orientações aos familiares.

§2º – As providências decorrentes de óbito serão tomadas por familiares.

§3º – O familiar deverá apresentar a certidão do óbito do **RESIDENTE** à instituição até cinco dias do ocorrido para que sejam tomadas as providências que lhe couberem.

§4º – Fica na responsabilidade do **CONTRATANTE** notificar o óbito do **RESIDENTE** aos órgãos competentes, em especial ao INSS ou outro órgão pagador de aposentadorias e/ou pensões.

VI – DA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

9 - Quando se tratar de pessoas idosas sem referência familiar ou cuja família delegou à instituição sua curatela, as Cláusulas serão outras, como, por exemplo:

§ 1º – Sendo a ILPI curadora do **RESIDENTE**, em caso de óbito, quando esta receber o valor de seus benefícios, repassará no mínimo 30% (trinta por cento) a seus familiares, desde que localizados, em dia e hora agendados pela tesouraria da **CONTRATADA**.

§ 2º As providências decorrentes de óbito serão tomadas pelo Serviço Social da **CONTRATADA**, inclusive notificar o óbito do **RESIDENTE** aos órgãos competentes, em especial ao INSS ou outro órgão pagador de aposentadorias e/ou pensões.

§ 3º Sendo o **RESIDENTE** acolhido por meio de convênio e sem referência familiar, fica o Serviço Social da **CONTRATADA** responsável pelo trâmite do óbito.

§ 4º As providências decorrentes de óbito serão tomadas pelo Serviço Social da **CONTRATADA**, inclusive notificar o óbito do **RESIDENTE** aos órgãos competentes, em especial ao INSS ou outro órgão pagador de aposentadorias e/ou pensões.

Cláusula Oitava – Haverá contribuição mensal por **RESIDENTE** para o custeio da instituição, no valor de:.....¹⁰, pela qual se responsabilizam o **CONTRATANTE** e o **RESIDENTE**^{11, 12}

Parágrafo Único. A primeira contribuição do residente à ILPI será efetuada após 30 dias de sua admissão.

VII – DO PRAZO

Cláusula Nona – O presente Contrato de Prestação de Serviço terá prazo indeterminado de vigência, podendo ser rescindido conforme estabelece o capítulo da rescisão.

Parágrafo Único – O reajuste da contribuição ocorrerá quando reajustados os benefícios do **RESIDENTE** (ou, se paga pela família ou outro responsável, completados 12 meses do contrato).¹³

VIII – DA RESCISÃO

Cláusula Décima– Poderá o presente instrumento ser rescindido pela **CONTRATADA**, desde que motivada.

§1º – A rescisão motivada pela **CONTRATADA** deve ser avisada previamente, por escrito, ao responsável pelo acolhimento (**CONTRATANTE**) se houver necessidade de novo domicílio coletivo para o **RESIDENTE**, no prazo mínimo de (30) trinta dias.

§2º – A rescisão do contrato pela **CONTRATADA** será motivada na hipótese de o **RESIDENTE** colocar em risco a integridade física de outros **RESIDENTES** e funcionários da instituição ou também pelo não-cumprimento das normas e regimento interno da ILPI.

§3º – A rescisão do contrato pela **CONTRATADA** será também motivada na hipótese de ocorrência de algum problema grave de saúde do **RESIDENTE** que retire da

1 0 – Sendo uma entidade certificada como Beneficente de Assistência Social, sem fins lucrativos (Lei 12.101/98), o valor contratado não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) do conjunto dos benefícios previdenciários ou assistenciais de que seja titular o **RESIDENTE**, segundo art. 35 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, devendo constar no contrato de prestação de serviço a sua anuência – ou a de seu representante.

1 1– O **RESIDENTE** é contratante solidário sempre que tiver rendimentos próprios e se encontrar em pleno uso de suas funções mentais.

1 2- Quando do caso concreto, esta questão poderá/deverá ser colocada como cláusula do contrato. No caso de a própria ILPI receber o(s) benefício(s) e/ou aposentadoria(a) do **RESIDENTE**, o valor restante, nunca inferior a 30% do conjunto de seus benefícios e ou aposentadorias, deverá ser entregue diretamente a pessoa idosa, se no gozo pleno de suas faculdades mentais, que dará, a seu critério, o destino que bem lhe aprouver, garantindo-lhe o direito de liberdade, dignidade e cidadania. Nesse mesmo sentido, quando a ILPI recebe os benefícios da pessoa idosa, o percentual do **RESIDENTE** referente ao 13º será entregue a ele por ocasião do recebimento da segunda parcela.

Somente quando o **RESIDENTE** não estiver no uso de suas faculdades mentais, poderá a ILPI utilizar o referido valor, sempre em prol do **RESIDENTE**, mantendo, para tanto, contabilidade à parte.

1 3– Definir no parágrafo o que foi contratado no caso concreto.

CONTRATADA as condições necessárias de infraestrutura adequada à necessidade da pessoa idosa no que se refere ao atendimento personalizado de saúde.

§4º O **RESIDENTE** em sua plena faculdade mental poderá a qualquer momento solicitar o seu desligamento da instituição, sendo efetivada a rescisão do contrato após contato e autorização do **CONTRATANTE**.

§5º Nenhum dos casos de rescisão previstos neste instrumento poderá gerar direito e/ou obrigação de pagamento de qualquer indenização por parte da **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, ao **RESIDENTE** e/ou a seus familiares.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Primeira– Fica pactuado entre as partes a ausência de qualquer tipo de relação de subordinação.

§1º – Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente Contrato de Prestação de Serviço, deverá ser objeto de alteração por escrito entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE** e conhecimento do **RESIDENTE**.

§2º – Salvo com a expressa autorização do **CONTRATANTE**, não pode a **CONTRATADA** transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.

§3º – O **RESIDENTE** em pleno gozo de suas faculdades mentais e/ou o **CONTRATANTE** poderão permitir, desde que por escrito, o uso de imagem, sem qualquer ônus, em favor da ILPI, através de fotografias, folders, vídeos institucionais, página de internet, panfletos e/ou quaisquer outros meios de propaganda que venham a ser veiculadas em qualquer tipo de mídia, em todo o território nacional e que tenham como único objetivo a divulgação da ILPI.

§4º – Não poderá ser imputada à **CONTRATADA**, qualquer responsabilidade relacionada com acidentes a que o **RESIDENTE** venha a sofrer fora das suas instalações, quando acompanhado ou autorizado pelo **CONTRATANTE**.

§5º – É permitida ao **RESIDENTE** a utilização de objetos próprios, tais como rádio, televisor, telefone, computador ou outros quando não prejudicarem seu tratamento e não caracterizarem risco a sua segurança e/ou aos demais **RESIDENTES**.

§6º – Os acidentes ocorridos nas dependências da **CONTRATADA**, que não caracterizem ausência de medidas preventivas (corrimão, piso antiderrapante, tapetes e outros) não serão de responsabilidade da mesma.

§7º–(*Definir como fica a autorização para sair da Instituição a passeio*¹⁴.)

1 4 – Definir no contrato se há ou não autorização para o **RESIDENTE** sair da Instituição, para passeios, com ou sem pernoites, sem acompanhamento ou acompanhado de amigos ou familiares diversos.

Cláusula Décima Segunda – O **CONTRATANTE** está obrigado a informar à **CONTRATADA** condição sabida de doença ou lesão preexistente, previamente à assinatura deste contrato, sob pena de imputação de falsidade ideológica, sujeito à suspensão ou denúncia deste contrato e eventual responsabilização criminal.

Cláusula Décima Terceira – O **CONTRATANTE** reconhece expressamente que seu vínculo contratual é apenas com a **CONTRATADA**, mesmo nos casos em que os cuidados com a saúde venham a se dar por intermédio de outros estabelecimentos, o que manifesta sua incondicional concordância para todos os fins de direito.

Cláusula Décima Quarta – Rescindido o contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a entregar ao **CONTRATANTE** todos os pertences do **RESIDENTE**, bem como cópia de prontuário médico e demais atendimentos realizados.

Cláusula Décima Quinta– Qualquer tolerância em relação ao estabelecido nas cláusulas deste contrato não implica perdão, novação, renúncia ou alteração do pactuado.

Cláusula Décima Sexta– Os casos omissos e eventuais dúvidas deverão ser resolvidos entre as partes por intermédio de termo aditivo ao presente contrato, quando couber.

Cláusula Décima Sétima– Fica eleito o Foro local para dirimir qualquer dúvida oriunda deste instrumento.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, acompanhada de duas testemunhas.

(Local data e ano). (Nome e assinatura do **CONTRATANTE**)

Nome e assinatura do **RESIDENTE** (quando possível) (Nome e assinatura do responsável pela **CONTRATADA**)

Testemunhas: (Nome endereço e CPF de duas testemunhas)

MAUÁ, ____ de _____ de _____.